

2010 — Mestrado em Ciências do Desporto, na Universidade da Beira Interior.

Experiência Profissional

De 09/88 a 09/93 contratado pela C. M. Estarreja, para desempenhar as funções de Coordenador da Piscina Municipal, estando a seu cargo o planeamento e coordenação das escolas de natação.

Outubro de 1993 — Encarregado de Parques Desportivos e Recreativos.

De abril de 1995 a dezembro 2002 — carreira Técnico Profissional.

Desde abril de 2005 — carreira de Técnico Superior, através de reclassificação profissional e em comissão de serviço extraordinária.

1 de fevereiro de 2012 — Chefe de Divisão de Desporto, na C. M. Espinho.

Formação Profissional

Em 1983, frequentou o curso de nadadores — salvadores, com aproveitamento, promovido pela Capitania do Porto de Aveiro.

Durante as épocas de 1988 a 1990, foi treinador licenciado pela FPN da equipa de Polo-Aquático do Clube dos Galitos de Aveiro.

Em 1991 é convidado da APTN, para participar no IX congresso de Entrenadores de Natación, realizado em Granada — Espanha.

Em 1994, recebe um Louvor da Direção da Associação de Natação de Aveiro.

Participou no XVII Congresso de Técnicos de Natação de 23 a 25 de abril de 1994.

Em 1996 é publicado na revista natação — Volume V — n.º 29 de dezembro, o seu trabalho realizado no âmbito da avaliação da disciplina de Metodologia do Treino do curso de Treinadores de IIº Grau — “Os principais fatores a serem desenvolvidos no programa de natação de jovens.”

Ação de Formação promovida pela C.M. Estarreja em 27.11.09 — Da Formação à Alta Competição, que Percurso, cujo preletor foi o Dr. Jorge Rito.

2010 — Ação de Formação promovida por Serviços de Qualidade no Desporto (SQD), do Processo de Construção à Gestão e Rentabilização de Piscinas de Uso Público.

Curso de formação profissional — Seminário sobre Contratação Pública, realizado em 11 e 12.2.10 pela empresa Forminho.

19 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara, Dr. Joaquim José Pinto Moreira.

306266503

Aviso n.º 10112/2012

Procedimentos Concursal para Provimento de Cargos de Direção Intermédia 2.º Grau

Dr. Joaquim José Pinto Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Espinho, faz público que:

Na sequência de procedimento de candidatura para cargo de direção intermédia de 2.º grau, do Chefe de Divisão de Ação Social, Intergeneracional e Saúde, publicado no *Diário da República*, n.º 139, de 21 de julho de 2011, Aviso n.º 14676/2011, na Bolsa de Emprego Público com o código OE201107/0453, a 22 de julho, no jornal “Diário de Notícias” de 5 de agosto de 2011, e ainda na página eletrónica da Câmara. Em conformidade com o artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na nova redação pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto e nos termos do n.º 4, do artigo 21, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à Administração Local pelos Decretos-Leis n.ºs 93/2004, de 20 de abril e 104/2006, de 7 de junho, respetivamente, nomeei em comissão de serviço, por Despacho n.º 25/2012, de 17 de fevereiro, pelo período de 3 anos, com efeitos a partir de 16 de abril de 2012, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Ação Social, Intergeneracional e Saúde, o licenciado João Domingos Rolo Doce.

O nomeado possui currículo, perfil e experiência adequada, para o desempenho das funções inerentes ao cargo, designadamente pela sua experiência profissional e conhecimentos.

Nota curricular do nomeado designado:

Nome: João Domingos Rolo Doce,

Licenciado em Serviço Social, pelo Instituto Superior Bissaya Barreto, em outubro de 1995. Mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga em dezembro de 2011.

Experiência profissional

De 1998 a 2011, exerceu funções de técnico superior de serviço social no Instituto da Droga e da Toxicod dependência.

De 1996 a 1998, exerceu funções de coordenador técnico numa IPSS (Associação Pelo Prazer de Viver — Saúde, Cultura e Vida).

De 1998 a 2004 exerceu funções de coordenador técnico de uma comunidade terapêutica para toxicod dependentes (C.T. Casa Grande).

De 2005 a 2009 exerceu funções de supervisor técnico externo numa comunidade de inserção (Centro Social de Paramos).

No ano letivo de 1996/7 exerceu funções de formador externo no curso de análises clínicas da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

Fez orientação e acompanhamento técnico-profissional de vários alunos no âmbito de estágios académicos da licenciatura de Serviço Social.

Participou, na qualidade de formador, orador ou dinamizador em variados colóquios, debates, ações e cursos de formação.

Formação profissional

Ao longo do seu percurso profissional frequentou diversas ações de formação e seminários do qual se destacam os seguintes: Supervisão Clínica, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Função Pública, Dinâmica de Grupos, Certificação de Qualidade.

19 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara, Dr. Joaquim José Pinto Moreira.

306266325

Aviso n.º 10113/2012

Procedimento concursal para provimento de cargos de direção intermédia de 2.º grau

Dr. Joaquim José Pinto Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Espinho, faz público que:

Na sequência de procedimento de candidatura para cargo de direção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Educação e Juventude, publicado no *Diário da República*, n.º 139, de 21 de julho de 2011, Aviso n.º 14676/2011, na Bolsa de Emprego Público com o código OE201107/0452, a 22 de julho, no jornal “Diário de Notícias” de 5 de agosto de 2011, e ainda na página eletrónica da Câmara. Em conformidade com o artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na nova redação pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto e nos termos do n.º 4, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à Administração Local pelos Decretos-Leis n.ºs 93/2004, de 20 de abril e 104/2006, de 7 de junho, respetivamente, nomeei em comissão de serviço, por Despacho n.º 50/2012, de 29 de junho, pelo período de 3 anos, com efeitos a partir de 3 de julho, de 2012, para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe da Divisão de Educação e Juventude, a licenciada, Susana Manuel Loureiro Teixeira.

A nomeada possui currículo, perfil e experiência adequada, para o desempenho das funções inerentes ao cargo, designadamente pela sua experiência profissional e conhecimentos da realidade da Autarquia de Espinho.

Nota curricular da nomeada designada:

Nome: Susana Manuel Loureiro Teixeira

Habilitações académicas: Licenciatura pelo *Curso de Estudos Superiores Especializados de Marketing Internacional e Promoção Turística*, no Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo.

Formação complementar:

Curso de Pós-Graduação em *Juventude — Novos Contextos e Intervenções*, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto;

CADAP — Curso de Alta Direção em Administração Pública, no Instituto Nacional de Administração.

Experiência profissional:

1997 — Regime de prestação de serviço na Câmara Municipal de Espinho;

1999 — Técnico-profissional de ação social na Câmara Municipal de Espinho;

2001 — Regime de prestação de serviço na Câmara Municipal de Espinho;

2001 — Técnica superior na Câmara Municipal de Espinho;

2009 — Chefe da Divisão de Apoio à Juventude;

2010 — Coordenadora do Gabinete de Comunicação e Gestão de Eventos;

Desde 2010 — Chefe da Divisão de Educação e Juventude (em regime substituição);

Formação profissional:

2001 — Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (PO-CAL);

2002 — Higiene, Prevenção e Segurança no Trabalho; Formação em Animação Turística; Organização de Eventos;

2003 — Relações Públicas e Gestão de Eventos Municipais; Formação em Animação Autárquica e Desenvolvimento Cívico; Liderança e

Motivação de Equipas de Trabalho; Formação Pedagógica Inicial de Formadores;

2008 — Formação Inicial dos Membros das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; O Sistema de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens; Curso de Formação CPCJ — Conhecer a Aplicação (e-learning);

2011 — SIADAP (Lei n.º 66-B/2007 de 28/12); Regime de Vínculos, de Carreiras e Remunerações, Estatuto Disciplinar, Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

19 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim José Pinto Moreira*.

306266496

MUNICÍPIO DE FAFE

Aviso n.º 10114/2012

Para os devidos efeitos, se faz público que, na sequência da admissão de um Assistente Técnico (Medições e Orçamentos), através do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 15671/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, do n.º 152, de 09 de agosto de 2011, foi concluído com sucesso o período experimental relativo ao contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do Assistente Técnico Henrique José Silva Costa, tendo sido homologada a respetiva ata do júri através do meu despacho datado de 2012-07-18, proferido no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro]. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

18 de julho de 2012. — O Presidente, *José Ribeiro*.

306264405

Edital n.º 692/2012

Antero Silva Barbosa Fernandes, Dr. Vereador dos Pelouros da Educação e do Ordenamento do Território e Urbanismo desta Câmara Municipal, conforme competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo Despacho n.º 14, proferido em 2009-11-20.

Faz saber que a empresa Pirotécnica António Vieira & Filhos, L.ª, com sede na Rua de Covas Abertas, da freguesia de Arões Santa Cristina, 4820-640 Fafe, titular do processo: LEEDI 12/2012, requereu licenciamento de estabelecimento fabril de produtos explosivos, ou seja pretende a empresa reestruturar e ampliar o estabelecimento fabril de artificios pirotécnicos, oficina de pirotecnia, sito em Rua de Covas Abertas da freguesia de Arões Santa Cristina, deste concelho de Fafe.

Nos termos do preceituado no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de novembro, convidam-se todos os interessados para apresentarem por escrito, dentro do prazo de 30 dias, quaisquer reclamações contra o requerido, em que se aleguem razões relacionadas com a saúde pública; a segurança individual e da propriedade; o interesse público ou a incomodidade resultante das vizinhanças do estabelecimento.

As reclamações devem ser entregues no Departamento Administrativo Municipal, devidamente assinadas pelo reclamante, com indicação da respetiva morada.

Para constar se lavrou este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares habituais.

22 de maio de 2012. — O Vereador do Pelouro do Ordenamento do Território, *Antero Barbosa*.

306257391

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 10115/2012

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por motivo de aposentação, cessou a relação jurídica de emprego público, dos seguintes trabalhadores, desligados do serviço em 2012/07/01:

Domitília Morgado Jacinto Tocha, Assistente Operacional, 5.ª posição remuneratória, nível remuneratório 5;

Leonilde Guerreiro da Piedade, Assistente Operacional, posição remuneratória entre 2.ª e 3.ª, nível remuneratório entre 2 e 3;

Manuel Cavaco Martins, Assistente Operacional, posição remuneratória entre 5.ª e 6.ª, nível remuneratório entre 5 e 6;

Maria Fernanda Mendes Vargues, Coordenadora Técnica, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 17;

Maria Marquinhos Melro Pinheiro, Assistente Operacional, 3.ª posição remuneratória, nível remuneratório 3;

Olga Tomé Alambre Faisca, Assistente Operacional, posição remuneratória entre 1.ª e 2.ª, nível remuneratório entre 1 e 2.

17 de julho de 2012. — Por Delegação do Presidente da Câmara, a Vereadora, *Maria Teresa Francisco Menalha*.

306264357

MUNICÍPIO DE MIRANDA DO CORVO

Aviso n.º 10116/2012

Nomeação de comandante operacional municipal

Nos termos da competência que me foi atribuída pelo n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro, e considerando que:

A Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, vem definir o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil (SMPC) e determina as competências do comandante operacional municipal (COM);

Nos termos do artigo 13.º n.ºs 1 e 4 daquele diploma, em cada município há um comandante operacional municipal (COM), que é nomeado de entre o universo de recrutamento que a lei define para os comandantes operacionais distritais;

De acordo com o disposto no artigo 42.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de fevereiro, o recrutamento dos comandantes operacionais distritais é feito de entre indivíduos, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam licenciatura e experiência profissional adequadas ao exercício daquelas funções;

O cidadão Sérgio Luís Rodrigues Seco, que exerce o cargo de vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Miranda do Corvo, reúne os requisitos impostos pelo artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de fevereiro, estando, por tal facto, abrangido pelo regime de recrutamento, uma vez que possui licenciatura e experiência profissional adequada ao exercício das presentes funções. Esta última devidamente comprovada, atendendo ao facto que, é Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo desde o ano de 2005, é o Vereador responsável pelo Pelouro da Proteção Civil, desde o ano de 2002, e dirige, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Proteção Civil, o serviço municipal de proteção civil, tendo em vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos, a coordenação das atividades a desenvolver no domínio da proteção civil, designadamente em operações de socorro e assistência, com especial relevo em situações de catástrofe e calamidade pública, desde o ano de 2002. Acresce ainda, que é possuidor do curso de Comandante Operacional Municipal, ministrado no corrente ano pela Escola Nacional de Bombeiros em conjunto com a Fundação CEFA (Fundação para os Estudos e Formação Autárquica).

Não existem incompatibilidades gerais e ou específicas, enunciadas no Estatuto dos Eleitos Locais, na lei n.º 64/93, de 26 de agosto, na redação ripristinada pela Lei n.º 12/98, de 24 de fevereiro, no artigo 221.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, e no artigo 25.º da lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, entre o exercício simultâneo do cargo de vereador em regime de permanência e as funções de comandante operacional municipal;

Determino, no uso da competência que me é conferida pelo n.º 2 do art.13.º e seguintes da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, em conjugação com o artigo 43.º e com o artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de março, este último alterado pelo Decreto-Lei n.º 21/2006, de 2 de fevereiro, e em conjugação com a alínea a) do n.º 4 do artigo 9.º e com o artigo 23.º, ambos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a nomeação em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, com possível renovação por iguais períodos, de Sérgio Luís Rodrigues Seco, que exerce as funções de vereador em regime de permanência. O exercício das funções de comandante operacional municipal (COM) por parte do nomeado, Sérgio Luís Rodrigues Seco, não comporta aumento de despesas com o pessoal.

1 de julho de 2011. — A Presidente do Município, *Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira*.

306249583